

Palácio do Planalto e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: Sexualidade e Gênero

*Women, Family, and Human Rights
Ministry Palace: Sexuality and Gender*

*El Palácio del Planalto y el Ministerio de la Mujer,
de la Familia y de los Derechos Humanos: la Sexualidad y el Género*

Denise Regina Quaresma da Silva¹

Karina Dias da Silva²

Marcos Rogério dos Santos Souza³

Resumo

SILVA, Denise Regina Quaresma da. SILVA, Karina Dias da; SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. Palácio do Planalto e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: Sexualidade e Gênero. *Rev. C&Trópico*, v. 45, n. 1, p. 117-126, 2021. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1\(2021\)art7](https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art7)

O presente estudo propõe, a partir de estudo bibliográfico qualitativo dialético, refletir sobre a temática sexualidade e gênero na perspectiva sociocultural e sob as lentes do Palácio do Planalto e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Nesse sentido, rompemos com o discurso heteronormativo e machista promovido pelos agentes públicos do executivo federal brasileiro e propagamos os direitos humanos, como sendo direitos inerentes a todas as pessoas, não importando raça, cor, sexo, credo, etnia, idioma e qualquer outra condição. Precisamos romper com os discursos que excluam os sujeitos e apregoar o direito à vida e à liberdade, e sem nenhum tipo de discriminação. Portanto, reforçarmos que os dirigentes públicos devem combater toda e qualquer prática que viole os direitos humanos.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Sexualidade. Governo Federal. Direitos Humanos.

Abstract

SILVA, Denise Regina Quaresma da. SILVA, Karina Dias da; SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. Women, Family, and Human Rights Ministry Palace: Sexuality and Gender. *Rev. C&Trópico*, v. 45, n. 1, p. 117-126, 2021. DOI: [https://doi.org/10.33148/etropicov45n1\(2021\)art7](https://doi.org/10.33148/etropicov45n1(2021)art7)

1 Pós Doutora em Estudos de Gênero. Docente do PPG em Educação da Universidade LaSalle , Canoas-RS. <https://orcid.org/0000-0002-3697-8284>; E-mail: denise.silva@unilasalle.edu.br

2 Mestranda em Educação pela Universidade LaSalle Canoas/RS e Docente da Rede Privada de Educação de São Leopoldo/RS. <https://orcid.org/0000-0001-7304-3982> E-mail: karinadias.psicop@hotmail.com

3 Mestrando em Educação pela Universidade LaSalle Canoas/RS. <https://orcid.org/0000-0003-4444-0721>. E-mail: marcossouzas@yahoo.com.br

Based on a dialectical-qualitative literature research, the following study proposes to reflect on sexuality and gender issues in a social-cultural perspective and from the point of view of Women, Family, and Human Rights Ministry Palace. In this respect, we intend to break with the hetero-normative, chauvinist discourse promoted by federal government executive officials, so aiming to diffuse human rights as being inherent to all people regardless of race, color, gender, religion, ethnicity, language or any other condition. We need to break up excluding speeches and ensure the right to life and freedom, without distinction of any kind, as well as to reinforce that public officials must counteract any discriminatory practices that go against human rights.

Keywords: Education; Gender; Sexuality; Federal Government; Human Rights.

Resumen

SILVA, Denise Regina Quaresma da. SILVA, Karina Dias da; SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. El Palacio del Planalto y el Ministerio de la Mujer, de la Familia y de los Derechos Humanos: la Sexualidad y el Género. *Rev. Ci & Trópico*, v. 45, n. 1, p. 117-126, 2021. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1\(2021\)art7](https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art7)

El presente estudio se propone, mediante el estudio bibliográfico cualitativo dialéctico, acerca del tema sobre la sexualidad y género en la perspectiva sociocultural y abajo de la vista del Palacio do Planalto y del Ministerio de la Mujer, de la Familia y de los Derechos Humanos. En este sentido rompemos con el discurso heteronormativo y machista promovido por los agentes públicos del ejecutivo federal brasileño y propagamos los derechos humanos, como siendo los derechos inherentes a todas las personas, independientemente de la raza, el color, el género, el credo, la etnia, el idioma y cualquier otra condición. Tenemos que romper con los discursos que excluyen los sujetos y pregonar el derecho a la vida y a la libertad y sin ningún tipo de discriminación y fortalecemos que los líderes públicos deben luchar contra toda y cada una de las prácticas que violen los derechos humanos.

Palabras clave: Educación. Género. Sexualidad. Gobierno Federal. Derechos Humanos.

1. Introdução: Construindo e desconstruindo enlaces culturais sobre gênero

No contexto histórico e político em que nos situamos, observam-se definições de papéis sociais e comportamentais que são constituídos desde a infância, sob a visão heteronormativa e machista que geram marcas e enraizamentos nos sujeitos que os reproduzem ou que rompem com a visão heteronormativa do ser homem e do ser mulher. Essas definições precisam ser debatidas, questionadas, e não tomadas como verdades absolutas, uma vez que os sujeitos, no espaço e no tempo, são resultados das experiências e construções as quais são submetidos. Diante disso, necessitamos construir paradigmas acerca das conjecturas que se montam sobre sexo, sexualidade e gênero, por meio do contexto sociocultural em que o sujeito esteja inserido.

A atual conjuntura política brasileira, instaurada a partir das eleições de 2018, trouxe rupturas frente às conquistas alcançadas na temática “sexualidade e gênero” nos mais diversos espaços sociais. Com a posse do então presidente Jair Messias Bolsonaro, e ainda, com a nomeação de alguns ministros de posição fortemente conservadora e radical, no que se refere ao tema sexualidade e gênero, estes manifestam forte oposição propagando uma ideologia de gênero difundida durante o processo eleitoral, que ainda é insuflada pela política do executivo federal provocando a violência contra os diferentes. Nesse contexto, vale ressaltar com a reportagem veiculada pela Gaúcha ZH⁴ o pensamento ideológico do governo, “[...] é uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”, disse a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a pastora evangélica Damares Alves.

Salienta-se que o discurso da ministra é uma manifestação equivocada, ou sem embasamento teórico de estudos e pesquisas sobre sexualidade e gênero consagrados no âmbito nacional e internacional, pois a senhora ministra em seu discurso evidencia o legado do patriarcado, da política heteronormativa e binária, na qual dita os papéis de homens e mulheres dentro do espaço social, como sendo verdades universais e incontestáveis. Nesse sentido, “[...] estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens” (SCOTT, 1995 p.75). O discurso da ministra é reflexo sociocultural de uma ideologia que não concebe a construção de gênero, a partir das relações histórico culturais, que vivenciamos nos espaços e tempos, como também, enquanto sujeitos individuais, singulares e autônomos que se constroem e reconstróem ao longo da vida.

No contexto social, criam-se conceitos culturais sobre a infância, o brincar e conseqüentemente sobre as manifestações direcionadas aos papéis de gênero, por meio do sexo biológico, evidenciando uma visão binária de homem e mulher. Assim, define-se quem brinca de carrinho e quem brinca de boneca. Dessa forma, se reflete o que preconiza (LOURO,2000, p. 8): “[...] aparentemente se deduz uma identidade de

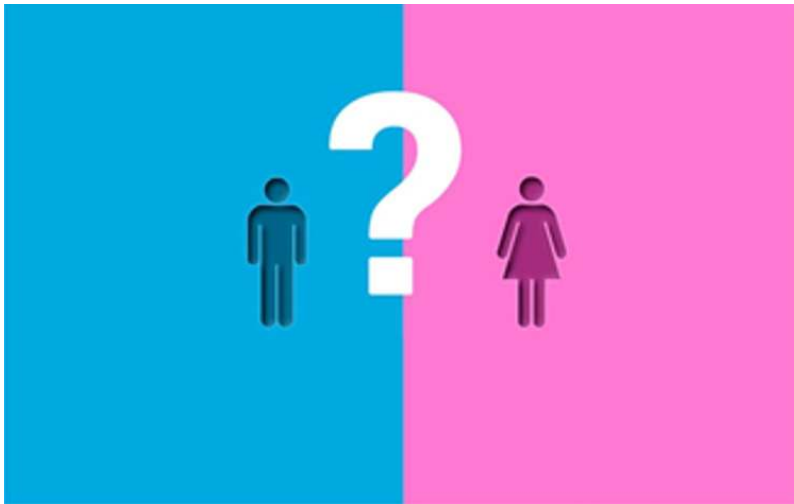
4 Reportagem da Gaúcha ZH. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/maternidade/noticia/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-maes-opinam-sobre-a-fala-da-ministra-e-a-criacao-de-seus-filhos-cjqwoyelc0003accnagv30r8h.html>. Acesso em: 5 de ago. 2020.

gênero, sexual ou étnica de “marcas” biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada”. Em conformidade com Quaresma (2015), a autora descreve: “[...] as práticas cotidianas do professorado estão relacionadas a padrões heteronormativos e a condutas resultantes de discursos sexistas que estão presentes na cultura e que são reproduzidos acriticamente” (QUARESMA, et al. p.1, 2015).

Sob o mesmo ponto de vista, Scott (1995) já considerava o gênero como um elemento presente nas relações sociais que eram percebidas e diferenciadas pelo sexo. Scott (1995, p. 86) afirma que “[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”, o gênero é constituído pelas representações simbólicas e culturais (SCOTT, 1995, p. 86).

Desse modo, levantam-se questionamentos: Menino veste azul e menina veste rosa? Seria essa uma verdade absoluta? Estaríamos em pecado se o contrário fosse verdade? Que bases teóricas sustentam o discurso da ministra e do senhor Jair Messias Bolsonaro? Enfim, se a **Figura 1** a seguir for definidora de gênero basta então os pais continuarem vestindo seus filhos meninos de azul e suas filhas meninas de rosa, para livrá-los de toda uma constituição psíquica que nos torna sujeito/pessoa de desejo e fantasias.

Figura 1: menino veste azul e menina veste rosa?



Fonte: Chá revelação. Disponível em: https://www.google.com/search?q=nascimento+menino+e+menina+com+roupas+rosa+e+azul&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKewjssMTqvoTrAhV1GbkGHdy-AJ8Q_AUoAXoECA0QAw&biw=1366&bih=625#imgsrc=PeIAQD1F92j2jM. Acesso em: 5 de Ago 2020.

De fato, o comentário da ministra causou muitas polêmicas sobre uma temática que ainda passa por resistências no século XXI. Louro (2008), reflete sobre as frases que os pais gestantes costumam dizer, sendo elas: “É uma menina!” ou “É um

menino!”, frases que causam muitas expectativas em pais de plantão, num momento curioso para saber o sexo biológico do bebê. Quando o/a médico/a fala: “Vai ser uma menina!”, os pais arrumam o quarto todo cor de rosa e, se for menino, todo azul, o pai entusiasmado fala: “Se for menino, vai ser jogador de futebol!”. Assim, legitimando o que o senso comum define como rosa de menina e azul de menino.

Segundo Louro (2008 apud BUTLER, 1993), essa expectativa dos pais em relação ao sexo biológico do bebê, desencadeia um processo de “fazer”, de um corpo que assume uma identidade podendo ser feminino ou masculino, corpos com características físicas diferentes “[...] as quais se atribui significados culturais”. (LOURO, 2008 p.15). Quem disse que a menina, possuidora de um sexo biológico feminino, será de fato uma mulher? Com características específicas femininas? Corroborando, nesse sentido, Butler (2019) descrevendo que o gênero é flutuante, assim, o homem com características masculinas, pode se apropriar tanto de uma identidade de gênero feminina, quanto de uma identidade de gênero masculina. Também, a mulher feminina pode se apropriar de uma identidade feminina ou masculina. Desse modo, compreende-se que o corpo é assexuado, biologicamente possui um sexo que o definiu culturalmente como homem ou mulher, sua identidade de gênero será assumida pelo corpo que é assexuado. Portanto, “[...] o gênero são significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo”. (BUTLER, 2003, p. 24).

2. Contextualizando os conceitos de gênero

A origem da palavra gênero⁵ etimologicamente vem do Latim *genere* que significa nascimento. Biologicamente se usa a palavra gênero na classificação de seres vivos por famílias e raças. Como também, identificação do sexo biológico utilizado culturalmente para sexo feminino, sexo masculino ou identidade de gênero, atribuindo papéis sociais ou sexuais. No entanto, gênero pode ser um simples jeito de ser ou um estilo de vida, modo de pensar e agir. Sendo a palavra gênero usada também para definições literárias de acordo com os assuntos, características afins, como lírico, drama, poético e musical. Culturalmente gênero parece ser um “drama” incompreensível socialmente quando se fala das diferenças sexuais, das desigualdades de gênero e da discriminação de pessoas pelo seu jeito de ser e de viver. Segundo Scott:

[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. (SCOTT, 1995, p.88).

5 Conceito de gênero. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/genero/>. Acesso em: 9 de Agosto 2020.

Os primeiros conceitos de gênero surgiram em meados de 1955, século XX, introduzidos pelo sexólogo John Money como conceito científico. A construção apresentada por Money relaciona-se “[...] à ideia de que não existe uma relação natural entre o sexo anatômico de uma pessoa e sua identidade sexual”, esta diferente relação veio a se chamar identidade de gênero (LATTANZIO; RIBEIRO, 2018, p. 411). Neste sentido, complementa Louro (2000):

Num longo e sutil exame da evolução dos conceitos de corpo e gênero, dos gregos até o século XX, Laqueur sugere que tem havido modificações fundamentais nos modos como nós vemos a relação entre o corpo masculino e o corpo feminino. Ele argumenta que, até o século XVIII, o discurso dominante “construiu os corpos masculino e feminino como versões hierárquica e verticalmente ordenadas de um único sexo” (LOURO, 2000 apud LAQUEUR, 1990, p.40)

Nos movimentos feministas, reuniram-se mulheres na busca pelos direitos, na conquista de políticas públicas e no direito ao sufrágio feminino em meados de 1932. Logo, as feministas apresentaram ao mundo, de modo subversivo, a normatividade que difere do sexo biológico, mostrando as relações de gênero. Segundo Butler (2019), a representação são termos polêmicos, serve como meio para se buscar visibilidade às mulheres e facilitar sua emancipação. Para Foucault, no sistema jurídico e em ambientes de poder, os sujeitos passam a representar-se. (BUTLER, 2019 apud FOUCAULT, 1980).

Já as construções conceituais sobre gênero foram tomando formas por diversos autores e pesquisadores, a exemplo de Beauvoir quando disse: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher!”. Assim, corrobora Louro (2000) quando diz que se buscou “[...] através de múltiplas estratégias e táticas, ‘fixar’ uma identidade masculina ou feminina ‘normal’ e duradoura. Esse intento articula, então, as identidades de gênero ‘normais’ a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual (LOURO, 1997-1998, p. 17).

Diante dessas reflexões, as construções sobre sexualidade e gênero propõem desconstruir os conceitos normatizados pela sociedade em que homens e mulheres possuem seu sexo biológico definido, assim como seus papéis definidos. A construção da identidade do sujeito faz parte do livre arbítrio, podendo ser construído culturalmente pelo imaginário dos pais, por exemplo. A esse respeito, Butler (2003), ressalta as palavras de Beauvoir que gênero é tão variável e volitivo, que torna-se uma escolha. “Para Beauvoir, o gênero é ‘construído’, mas há um agente implicado em sua formulação, um cogito⁶ que de algum modo assume ou se apropria desse gênero, podendo, em princípio, assumir algum outro” (BUTLER 2003, apud BEAUVOIR, p. 27). Nesse contexto, reforça Scott (1995) ao descrever gênero como identidade instável:

6 Cogito: Vem do verbo cogitar. Pensar insistentemente sobre alguma coisa; refletir acerca de: cogitamos uma maneira de o convencer; cogitava no... Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=cogito>. Acesso em: 9 ago 2020.

[...] a identificação de gênero, mesmo que pareça sempre coerente e fixa, é, de fato, extremamente instável. Como sistemas de significado, as identidades subjetivas são processos de diferenciação e de distinção, que exigem a supressão de ambigüidades e de elementos de oposição, a fim de assegurar (criar a ilusão de) uma coerência e (de) uma compreensão comum. A idéia de masculinidade repousa na repressão necessária de aspectos femininos - do potencial do sujeito para a bissexualidade - e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino. (SCOTT, 1995, p.80).

Então, o reconhecimento do sujeito pelo sexo biológico para distinguir as diferenças, implica nas questões das desigualdades e hierarquias dos papéis previamente definidos, assim, estabelecem estreitamente o poder enraizado na sociedade e no espaço e tempos (LOURO, 2000).

3. Gênero e Educação

Falar e discutir sobre gênero na educação é fazer prevalecer os direitos humanos para todos e todas independente de raça/etnia, credo, sexo, sexualidade, promovendo dessa forma a equidade de justiça e respeito social. “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação aos outros com espírito de fraternidade”, e o artigo 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009) complementa: “[...] todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”. Segundo Quaresma (2007), é de grande importância a implementação de políticas públicas nas escolas para falar sobre gênero e sexualidade, temáticas relevantes no processo de construção de identidades. De acordo com os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs), cabe ao professor, trabalhar sobre a diversidade atribuindo valor às diferenças por meio de ações educativas que propiciem uma aprendizagem significativa para a formação de cidadãos que possam trazer consigo a equidade no convívio social. Assim, trabalhar a autoestima dos alunos e alunas em sala de aula e contexto escolar é de suma importância.

Para Foucault (1982), a biologia da sexualidade como formas de controles modernos impede a livre escolha de identidade. O sujeito caracterizado pela sua identidade primária, pelo sexo biológico, possui profundos elementos relacionados a outro sexo que podem vir a aparecer, quando o indivíduo apresenta características muitas vezes oposta ao sexo biológico. Por isso, falar sobre gênero e sexualidade é respeitar a diversidade e fazer desenvolver habilidades em todos e todas sem discriminação por sexo.

Rompendo com o paradigma social que começa na educação infantil quando já se define papéis a partir do sexo biológico. É possível trabalhar o empoderamento da mulher para que, na adolescência, sinta-se capaz e não diminuída diante dos obstáculos que se montam nos discursos heteronormativos e machistas que circulam nos espaços, tempos, e discursos políticos.

Na educação, para que esse tema seja abordado de maneira significativa possibilitando espaço de escuta e diálogos, Quaresma (2012) salienta que é necessário haver articulações, por meio de reformulações nas formações iniciais de professores, bem como formações continuadas para que se promova o senso crítico sobre as hierarquias de gênero e sexualidade presentes no espaço social e escolar.

Para tanto, o processo de formação de professores deve ser contínuo como forma de desconstruir enlaces culturais do tempo do patriarcado, a fim de que os valores levados aos alunos/as, futuros profissionais de diversas áreas, possam promover a equidade no seu ambiente trabalho com sua família e na sociedade, fazendo prevalecer a igualdade de direitos. Ainda em Quaresma (2012), os estudos sobre gênero e sexualidade na educação se iniciam na formação de professores, profissionais atuantes no campo da educação, promovendo uma política sustentável que ultrapassa o ambiente escolar, no qual professor e alunos podem multiplicar valores contra a homogeneidade como forma de promover a diversidade e o convívio social em outros espaços de maneira saudável, respeitando as diferenças e os diferentes.

4. Considerações Finais

Este artigo nos leva a concluir que é preciso que todos os cidadãos que defendem os direitos humanos façam reverberar os direitos inerentes à pessoa humana. Além do mais, os discursos que ferem esses princípios devem ser negados por todos e todas que lutam a favor da equidade, propagando uma visão crítica acerca de governos autoritários e arbitrários.

Outro ponto relevante reside no fato de que os sujeitos possam viver livremente, cabendo aos agentes públicos assegurar políticas públicas que possam consagrar direitos e libertar os sujeitos das amarras construídas historicamente. Torna-se necessário e urgente que exista um executivo que promova a igualdade e privilegie a equidade a fim de inserir os cidadãos socialmente.

Todos e todas são cidadãos de direitos iguais e livres para viver sua identidade de gênero, todos/as merecem ser respeitados/as, esses discursos devem partir da presidência da república e dos ministros/as, no sentido de promover a educação brasileira e a igualdade em direitos, mas infelizmente se percebe a falta de conhecimento sobre esta temática, na qual culturalmente, no dito popular, o sujeito é identificado pelo seu sexo biológico, ou seja, rosa menina e azul menino como preconiza a senhora, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a pastora evangélica Damares Alves.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da educação para desconstruir esses enlaces culturais sobre as identidades dos sujeitos, construídas a partir do sexo biológico. Afinal, por que não menina vestir azul e menino rosa? Por fim, o espaço escolar tem papel primordial na construção de direitos e de vivências, de experiências das mais variadas possíveis. A escola e seus agentes devem promover concepções de gênero, sexualidade, raça, etnia pautadas na equidade e na diversidade social em que os sujeitos estejam inseridos.

Por fim, é importante criarmos espaços para que se possa refletir sobre a naturalização da cultura machista e heteronormativa, e assegurar que todos e todas possam fazer parte dos espaços sociais, e que as condições de acesso aos direitos não seja única e exclusiva para homens brancos e héteros. É necessário que os governantes ocupem os cargos públicos e não façam desses espaços currais eleitorais e excluam as minorias, já historicamente excluídas de direitos.

Referências

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEE, 1997. (p.01 a 79)

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS – **DUDH. UNIC** / Rio / 005 - Agosto 2009. Disponível em: file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Senac%20UCs/DUDH.pdf. Acesso em 11 de Out. 2020.

BUTLER. Judit. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER. Judit. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LATTANZIO. Felipe Figueiredo. RIBEIRO. Paulo de Carvalho. Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. ISSN 0103-5665. **Psic. Clin**, Rio de Janeiro, vol. 30, n.3, p. 409 – 425, set-dez/2018.

LOURO. Guacira Lopes. **O corpo educado**: Pedagogias da Sexualidade. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO. Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre a sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

STELLMANN. Renata. **A masculinidade na clínica**. Dissertação de Mestrado em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 11 Set 2020.

QUARESMA DA SILVA, D. R. BERTUOL, Bruna. Estás sempre chorando, tu é de açúcar? pedagogias de gênero na educação infantil. **Revista Iberoamericana de Educación**, vol. 68 (2015), pp. 137-150 - OEI/CAEU.

QUARESMA DA SILVA, D. R.; Sarmiento, F. D. e Fossatti, P. Género y sexualidad: ¿quédicenas las profesoras de educación infantil de Canoas, Brasil? **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, V. 20, n. 16, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Quaresma%20espanhol%20escola.pdf. Acesso em: 11 de out. de 2020.

QUARESMA DA SILVA, D. R. **Mães-menininhas: A gravidez na adolescência escutada pela psicanálise e educação. Tese de Doutorado.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.